

## ESTADO DE RORAIMA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE DO VEREADOR NILSON BISPO

PROJETO DE LEI N° /24

ABRIL DE 2024.

"DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ PARA ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO CREAS NAS EMPRESAS TERCEIRIZADAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou o seguinte:

- Art. 1º Nos contratos firmados pelo Município de Boa Vista onde haja a contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços, fica reservada quota percentual para adolescentes atendidos pelo Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) nos cargos de Jovem Aprendiz.
- Art. 2º A reserva de vagas para os adolescentes atendidos pelo CREAS será no percentual de 2%, conforme disposto pela Lei nº 10.097/2000 e no Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
- Art.3º O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Gestão Social, definirá os parâmetros para o encaminhamento dos jovens para o preenchimento das vagas.
  - Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua promulgação.

ERONILSON BISPO FEITOSA Vereador





## JUSTIFICATIVA

O Vereador Nilson Bispo, integrante da Bancada do PP, com assento nesta Casa Legislativa, vem apresentar para deliberação plenária o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a reserva de vagas do Programa Jovem Aprendiz para adolescentes atendidos pelo CRAS nas empresas terceirizadas prestadoras de serviço do Município de Boa Vista.

A implementação de uma cota social para estágio de adolescentes atendidos no CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) nas empresas terceirizadas da prefeitura de Boa Vista, fazse necessário por diversas justificativas, sendo algumas delas, inclusão social, redução da vulnerabilidade, empoderamento e autoestima.

Os CRAS desempenham um papel de extrema importância na cidade, essas instituições atuam através de programas e projetos que tem como objetivo a proteção de famílias e indivíduos. Os CRAS atendem encaminhamentos advindos das violações de direitos presentes no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Observa-se que a taxa de adolescentes que acabam evadindo da escola por conta do trabalho infantil é vasta, o que se torna uma realidade significativa. Nesse sentido, o estágio fortaleceria a frequência escolar, oferecendo a oportunidade de tirar esses adolescentes do contexto de violência.

Desta forma, justifica-se a apresentação da presente propositura, para a qual conto com o apoio dos meus nobres pares em sua aprovação.



